



Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0001381-85.2014.5.03.0182 em 13/07/2026 14:31:25 - 574ff4d e assinado eletronicamente por:

- MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR



Consulte este documento em:

<https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código **26071314311858900000254103587**

ERRATA DE EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – **44ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ:** 0001381-85.2014.5.03.0182. **EXEQUENTE:** MAIRA CRISTINA DE OLIVEIRA MATEUS. **EXECUTADO:** LOG AUTOMACAO E SISTEMAS LTDA E OUTROS. O leilão ocorrerá na modalidade exclusivamente eletrônica, podendo ser transmitido ao vivo, e será realizado nos sites dos leiloeiros: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br, onde foi publicado o presente Edital (art. 887, §2º CPC); Mais informações estão disponíveis nos referidos sites ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451

DATA DO LEILÃO: 16/09/2026 a partir das 9h00min.

ENCERRAMENTO DO LEILÃO: Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse até as 17h00min, podendo ser prorrogado enquanto houver disputas.

LANCE MÍNIMO: No leilão serão aceitos lances a partir do valor de avaliação do bem. Nos termos do art. 843, caput e §2º, do CPC, tratando-se de penhora de bem indivisível, a quota-parte do coproprietário ou do cônjuge estranho à execução recairá sobre o produto da alienação. Ademais, a expropriação não poderá ser realizada por valor inferior ao da avaliação, no que se refere à respectiva quota-parte, calculada com base no valor total do bem avaliado.

DESCRIÇÃO DO BEM: Casa de 2 andares, localizada na Praça Adolfo Olinto, 125, Centro, Itajubá/MG. No 1º piso (térreo): há 1 sala, 1 copa, 2 quartos, cozinha e 1 banheiro. No 2º piso (superior): há 1 sala, 4 quartos e 1 banheiro. Há 1 garagem no lado direito do terreno, a qual está anexa uma pequena edícula. Os quartos possuem armários embutidos. Os dois pisos da casa perfazem aprox. 200 m². Imóvel ocupado. Coordenadas geográficas da localização do imóvel: -22.422875613180466, -45.453197502695545 Inscrição cadastral: 01.010.00053.00210.00001. **AVALIAÇÃO:** R\$ 1.100.442,85 (um milhão e cem mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

ÔNUS: Penhora Proc. 0010804-29.2023.5.03.0061/ processo originário 0001913-96.2014.5.03.0008 – 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (R-7); Indisponibilidade e Penhora destes autos (AV-8 e R-37); Indisponibilidade Proc. 0010012-85.2016.5.03.0137 – 37ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-9); Indisponibilidade Proc. 0033148-24.2016.4.01.3800 – 27ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG (AV-10); Indisponibilidade Proc. 0011976-79.2016.5.03.0019 – 19ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-11); Indisponibilidade Proc. 3912436-49.2013.8.13.0024 – 1ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Belo Horizonte/MG (AV-12); Indisponibilidade Proc. 0010659-52.2016.5.03.0017 – 17ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-13); Indisponibilidade Proc. 0010458-53.2017.5.03-0008 – 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-14); Indisponibilidade Proc. 0010458-53.2017.5.03.0008 – 7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-15); Indisponibilidade e Penhora Proc. 0011455-68.2015.5.03.0020 – 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-16 e R-44); Indisponibilidades e Penhora Proc. 0010084-79.2018.5.03.0112 – 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-17, AV-31 e R-42); Indisponibilidade Proc. 0011370-84.2016.5.03.0008 – 7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-18); Indisponibilidade Proc. 0010458-53.2017.5.03.0008 – 7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-19); Indisponibilidade Proc. 0011376-17.2017.5.03.0183 – 45ª Vara do Trabalho

de Belo Horizonte/MG (AV-20); Indisponibilidade Proc. 0011355-03.2016.5.03.0110 – 31ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-21); Indisponibilidade Proc. 0011420-10.2016.5.03.0009 – 9ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-22); Indisponibilidade Proc. 0011012-74.2016.5.03.0023 – 23ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-23); Indisponibilidade Proc. 0011788-46.2017.5.03.0021 – 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-25); Indisponibilidade Proc. 0001627-40.2014.5.03.0034 – 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG (AV-28); Indisponibilidade Proc. 0010275-16.2021.5.03.0114 – 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-29); Indisponibilidade Proc. 0001913-96.2014.5.008 – 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-30); Indisponibilidade Proc. 0010084-79.2018.5.03.0112 – 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-31); Indisponibilidade Proc. 0011359-31.2016.5.03.0113 – 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-32); Indisponibilidade Proc. 0010837-47.2016.5.03.0034 – 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG (AV-33); Indisponibilidade Proc. 0001672-44.2014.5.03.0034 – 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG (AV-34); Indisponibilidade Proc. 0010376-75.2016.5.03.0034 – 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG (AV-35); Indisponibilidade Proc. 0000434-92.2014.5.03.0097 – 4ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano/MG (AV-36); Indisponibilidade Proc. 0011455-68.2015.5.03.0020 – 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-38); Indisponibilidade Proc. 0010458-53.2017.5.03.0008 – 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-43); Indisponibilidade Proc. 0011023-17.2016.5.03.0181 – 43ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-49).

MATRÍCULA: 29.705 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá/MG.
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 13/07/2026. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

DO PAGAMENTO: Caso o(a) juiz(iza) não tenha determinado o pagamento EXCLUSIVAMENTE à vista, o leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado. Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo 25%, e o restante em até no máximo **30 (trinta)** parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

- a) O lance para pagamento à vista, não poderá ser convertido em parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor do Leiloeiro o valor pago a título de comissão, se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada.
- b) Na arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado ao Leiloeiro no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.
- c) Na arrematação parcelada, o valor da entrada, bem como a comissão do Leiloeiro deverão ser integralmente pagas **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão**, conforme art. 888, § 4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado ao Leiloeiro no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16 horas.

- d) Na hipótese de pagamento parcelado, as parcelas serão pagas através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos.
- e) No caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
- f) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até quitação.
- g) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação ou Alienação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

CONDIÇÕES DO LEILÃO

CONDIÇÕES DO LEILÃO

Por ordem do M.M. juízo, o presente leilão será regido pela Resolução nº 236/2016 do CNJ; Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pelo Leiloeiro Marco Antônio Barbosa de Oliveira Junior, matrícula JUCEMG 565, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 30 min. O Leiloeiro fica autorizado a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) O Leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo de acesso ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

3º) O Leiloeiro não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil.

4º) Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatado pelo Leiloeiro Oficial para qualquer ajuste e/ou informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do

Licitante, principalmente quando este não responder prontamente ao contato do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

5º) O Arrematante ou Licitante pagará ao Leiloeiro, à vista, 5% (cinco) de comissão no ato da arrematação, que será depositada na integralidade, até o dia subsequente, em conta do Leiloeiro que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado por e-mail até às 16:00 horas da mesma data, sob pena de ser desconsiderado a arrematação e apresentado nos autos o lance subsequente.

6º) Na hipótese de inadimplemento da arrematação, o Leiloeiro fica autorizado a aproveitar o lance subsequente do licitante que mantiver a proposta.

7º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar nos sites do Leiloeiro www.saraivaleiloes.com.br ou www.marcoantonioleiloeiro.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

8º) Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantonioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob os codinomes “Lancador site Marco Antonio” e “Lancador - site Saraiva”.

9º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visita com horário pré agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

10º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

11º) De acordo com o despacho de id e8ce023 proferido pelo MM. Juiz do Trabalho “deverá constar do edital que permanecerão a cargo do arrematante apenas as despesas relativas à transferência da propriedade e demais encargos que, por disposição legal, lhe sejam atribuídos”.

12º) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública.

13º) Na arrematação será aplicada a determinação do art. 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho: *Ao determinar a alienação de bem, deverá o magistrado fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, através de leilão judicial ou iniciativa particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa. Parágrafo único. Ficarão subrogados no bem arrematado os débitos de natureza não tributária que constarem expressamente do edital.*

14º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, art. 245, § 3º e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, os leiloeiros serão remunerados com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração dos leiloeiros será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

15º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

17º) A Nota de Arrematação será expedida pelos leiloeiros após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

18º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 14º.

19º) Ficam intimado do leilão (1ª e 2ª data, se houver), as partes e seus cônjuges se casados forem, os coproprietários, **especialmente Sra. Maria Auxiliadora de Oliveira; Sr. Paulo Antônio de Oliveira e sua conjuge; Sra. Maria Cândida D'Oliveira; Sra. Maria de Lourdes de Oliveira; Sra. Maria Helena de Oliveira; Sra. Fabiana Rennó D'Oliveira Ferrini e seu conjuge Sr. José Márcio Ferrini Filho; Sra. Luciana Rennó D'Oliveira Collin e seu conjuge Sr. Robson Collin; Sra. Cristiana Rennó D'Oliveira Andrade e seu conjuge Sr. Gustavo José Bannwart de Andrade; Sra. Rina Ahl de Oliveira (conjuge do Executado; Sr. Magdo Tavares Eng; Sr. Sérgio Ricardo de Oliveira Eng; Sra. Mônica de Oliveira Eng e seu conjuge Sr. Mário Fernando Pariz; Sr. Rogério Luiz de Oliveira Eng e sua conjuge Sra. Raquel Aparecida Vasconcelos Eng; Sr. Luiz Ricardo de Oliveira Eng e sua conjuge Sra. Alessandra Shimabukuro;** credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.

20º) Os gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos do que deu origem à arrematação ou adjudicação, **devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação caso não seja feito de ofício.**

21º) Os Leiloeiros não são responsáveis por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

22º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou

multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **13/07/2026**.